

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012



Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações de resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimonio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9



KPMG Auditores Independentes

R. Dr. Renato Paes de Barros, 33 04530-904 - São Paulo, SP - Brasil Caixa Postal 2467 01060-970 - São Paulo, SP - Brasil Central Tel Fax Nacional Internacional Internet

55 (11) 2183-3000 55 (11) 2183-3001 55 (11) 2183-3034 www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas do Banco Morgan Stanley S.A São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Morgan Stanley S.A ("Banco") e suas controladas que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Morgan Stanley S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* – IASB.

São Paulo, 27 de março de 2013

KPMG Auditores Independentes CRC 2SP014428/O-6

Luciana Liberal Sâmia

Contadora CRC 1SP198502/O-8

Balanços patrimoniais exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Ativo	Nota	2012	2011
Caixa e equivalentes a caixa	12	1.372.599	659.133
Ativos financeiros mantidos para negociação	13	862.108	536.111
Intrumentos financeiros derivativos		737.521	426.673
Outros ativos financeiros mantidos para negociação		124.587	109.438
Ativos financeiros ao valor justo pelo resultado	13	1.656.904	3.127.010
Ativos financeiros disponível para venda	13	308.954	680.467
Ativos financeiros disponível para venda		308.954	680.467
Empréstimos e recebíveis a instituições financeiras	13	2.672.895	1.674.433
Operações compromissadas		2.634.726	1.674.433
Aplicações Interfinanceiras		38.169	-
Empréstimos e recebíveis clientes	13	279.915	265.066
Recebíveis de clientes		3.395	733
Negociação e Intermediação de Valores		276.520	264.333
Ativo imobilizado	20	11.955	14.293
Ativos por impostos diferidos	16	85.866	49.356
Outros ativos	18	16.570	2.806
Total do ativo		7.267.766	7.008.675
Passivo			
Passivos financeiros mantidos para negociação	14	1.532.671	2.327.541
Credores por empréstimos de ações		838.502	1.504.272
Outros credores por liquidação pendente		59.829	184.635
Intrumentos financeiros derivativos		634.340	638.634
Passivos financeiros ao custo amortizado	14	4.496.211	3.535.347
Operações compromissadas		2.180.101	1.674.434
Depósitos de instituições financeiras		102.366	16.416
Depósitos de clientes		2.078.586	1.113.208
Obrigações por empréstimos e repasses		135.158	731.289
Outros Passivos financeiros		-	-
Passivos fiscais	17	146.673	125.877
Passivos por impostos correntes		82.468	47.765
Passivos por impostos diferidos		64.205	78.112
Outros passivos	19	60.406	48.787
Patrimônio líquido	21		
Capital		504.496	504.496
Reserva de capital		486	486
Reserva de valor justo		37.673	26.110
Outras reservas e resultados acumulados		489.150	440.031
Total do patrimônio líquido		1.031.805	971.123
Total do passivo e patrimônio líquido	:	7.267.766	7.008.675

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	2012	2011
Receitas de juros	5	367.575	186.320
Despesas de juros	5	(341.111)	(202.418)
Resultado líquido de juros		26.464	(16.098)
Receitas de serviços e comissões	6	18.537	34.405
Despesas de serviços e comissões	6	(1.818)	(1.744)
Resultado líquido de serviços e comissões		16.719	32.661
Ganho/(perda) líquido de ativos e passivos financeiros para negociação	7	16.774	(232.995)
Ganho/(perda) líquido de outros ativos e passivos financeiros ao valor justo pelo resultado	7	178.199	437.191
Ganho/(perda) líquido de ativos financeiros disponível para venda	7	9.896	3.357
Ganho/(perda) líquido de variação cambial	8	7.887	8.948
Despesas administrativas	9	(162.800)	(37.871)
Depreciações e amortizações	20	(3.659)	(4.171)
Despesas de Provisões Operacionais		(3.064)	-
Outras despesas operacionais	10	(23.193)	(15.031)
Outras Receitas Operacionais		147	-
Outras Receitas não Operacionais		34	-
Resultado antes dos impostos		63.405	175.991
Impostos correntes	11	(69.730)	(40.109)
Impostos diferidos	11	55.444	(8.485)
Resultado líquido do exercício		49.119	127.397
Outro resultado abrangente, líquido de impostos		11.563	(8.482)
Reserva de valor justo (ativos financeiros disponíveis para venda)		19.271	(14.133)
Efeito tributário (ativos financeiros disponíveis para venda)		(7.708)	5.651
Resultado abrangente total no exercício		60.682	118.915

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

Demontrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

			Reserva de	e Lucros			
	Capital realizado	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	369.436	486	32.924	430.359	34.592	-	867.797
Aumento de capital - Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 25/04/2011	135.060	-	-	(100.000)	-	-	35.060
Ajuste ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	(8.482)	-	(8.482)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	127.397	127.397
Destinação dos lucros: Reserva legal Reserva estatutária Juros sobre o capital próprio	- - -	- - -	6.368	70.380	- - -	(6.368) (70.380) (50.649)	(50.649)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	504.496	486	39.292	400.739	26.110		971.123
Saldos em 31 de dezembro de 2011	504.496	486	39.292	400.739	26.110	-	971.123
Aumento de capital - Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 25/04/2012							
Ajuste ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	11.563	-	11.563
Lucro líquido do exercício						49.119	49.119
Destinação dos lucros: Reserva legal Reserva estatutária Juros sobre o capital próprio			3.084	46.035		(3.084) (46.035)	- -
Saldos em 31 de dezembro de 2012	504.496	486	42.376	446.774	37.673		1.031.805

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demontrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	2012	2011
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	49.119	127.397
Ajustes ao lucro líquido	87.203	(13.349)
Depreciação e amortização	3.659	4.171
Ajuste a valor de mercado	(11.563)	8.485
Juros diferidos	45.099	(26.005)
Constituição de provisões	50.008	(20.003)
	20.000	
Diminuição/(aumento) de ativos operacionais	488.637	(3.384.285)
Ativos financeiros mantidos para negociação	(325.997)	52.060
Outros ativos financeiros ao valor justo pelo resultado	1.470.106	(2.162.235)
Empréstimos e recebíveis a instituições financeiras	(998.462)	(1.459.679)
Empréstimos e recebíveis clientes	(14.849)	(172.702)
Ativos financeiros disponível pra venda	371.513	310.967
Impostos a compensar	89	322
Outros ativos	(13.763)	46.982
A	(970, 470)	1 506 246
Aumento/(diminuição) nos passivos operacionais	(870.478)	1.506.346
Passivos financeiros para negociação	(794.870)	1.551.351
Passivos fiscais	5.684	482
Outros passivos	(38.388)	10.196
Impostos pagos	(42.904)	(55.683)
Fluxos de caixa gerados/(utilizados) em atividades operacionais	(245.519)	(1.877.939)
Fluxos de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de ativos imobilizados	(1.879)	(1.141)
Aquisição de ativos informzados	(1.07)	(1.141)
Fluxos de caixa gerados/(utilizados) em atividades de investimento	(1.879)	(1.141)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento		
Aumento de Capital	-	35.060
Passivos financeiros ao custo amortizados	960.864	1.802.538
·		
Fluxos de caixa gerados/(utilizados) em atividades de financiamento	960.864	1.837.598
	712.1 55	70 74
Variação total em caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	713.466	72.566
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	659.133	586.567
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.372.599	659.133
Carac C equivalences de carac no imai do exercicio	1.3/2.379	057.155
Variação total em caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	713.466	72.566
•		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

O Banco Morgan Stanley S.A. (Banco) foi reorganizado em banco múltiplo nos termos da Assembléia Geral Extraordinária de 18 de janeiro de 2001 e tem como seu controlador direto a empresa Morgan Stanley Latin America Incorporated e como investidora a empresa MSL Incorporated. Iniciou suas atividades em outubro de 2001, sob a forma de sociedade por ações, tendo como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes aos bancos múltiplos com as carteiras comercial e de investimentos e autorização para operar em câmbio. Está localizado na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.600, na cidade de São Paulo, Brasil.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco Morgan Stanley foram elaboradas em atendimento a Resolução 3.786 do Conselho Monetário Nacional (CMN) que requer a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), conforme aprovado pelo *International Accounting Standard Board (IASB)* e traduzidos para a língua portuguesa pelo IBRACON, entidade credenciada pelo *International Accounting Standards Committee Foundation (IASC)*.

As demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram aprovadas para divulgação pela administração em 26 de março de 2013.

b. Bases para avaliação

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para certos instrumentos financeiros ao valor justo.

c. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas em Real que é a moeda funcional do Banco Morgan Stanley e das entidades consolidadas. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais (R\$(000)) e arredondadas para o milhar mais próximo.

d. Utilização de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS requer a utilização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis nos valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reais podem ser diferentes destes estimados.

Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela administração. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados, quando aplicável.

As principais incertezas e julgamentos se referem para:

- Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros nota 3k
- Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos nota 3q
- Pagamento baseado em ações nota 22

3 Políticas contábeis significativas

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras e têm sido aplicadas de forma consistente pelas empresas do Consolidado.

a. Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis do Banco Morgan Stanley, de sua agência em Cayman e de seus fundos exclusivos Caieiras Fundo de Investimento Multimercado "(Brasil)" e Morgan Stanley Derivatives Products Fund "(Cayman)", dos quais o Banco detém 100% de participação.

As demonstrações contábeis consolidadas apresentadas refletem os ativos, passivos, receitas e despesas do Banco Morgan Stanley e das empresas controladas pelo Banco Morgan Stanley.

Saldos e transações entre empresas do Consolidado, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações entre as companhias, são eliminados no processo de consolidação. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma que os ganhos não realizados, mas somente na extensão de que não há evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Políticas contábeis consistentes são aplicadas em todo o Consolidado para fins de consolidação.

b. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e os passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Reais à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado. A moeda funcional para todas as entidades é o Real.

Os ativos e os passivos não monetários registrados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registrados pelo valor justo são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas no resultado.

c. Juros

Receitas e despesas de juros são reconhecidas na demonstração do resultado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e os recebimentos futuros em dinheiro durante toda a vida prevista do ativo ou do passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou do passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento

inicial do ativo ou do passivo financeiro e não sofre revisões posteriores. O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as comissões, os custos da transação, os descontos ou os prêmios que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos da transação são custos incrementais diretamente atribuíveis a aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

As receitas e as despesas de juros apresentadas nas demonstrações de resultados abrangentes incluem:

- Juros em ativos e passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado, com base na taxa efetiva de juros;
- Juros em títulos de investimento disponíveis para venda, com base nos juros efetivos;

Receitas e despesas de juros em todos os ativos e passivos de negociação são consideradas incidentes às operações de negociação e são apresentadas com todas as mudanças no valor justo de ativos e passivos de negociação em lucro líquido de negociação.

As alterações de valor justo em outros derivativos retidos para fins de gerenciamento de risco, e outros ativos e passivos financeiros contabilizados por seu valor justo no resultado, são apresentadas no lucro líquido, em outros ativos ou passivos contabilizados a valor justo na demonstração de resultados.

d. Serviços e comissões

As receitas e as despesas de serviços e comissões de um ativo ou um passivo financeiro são incluídas na apuração da taxa efetiva de juros.

As demais receitas de serviços e comissões, incluindo taxas de manutenção de contas, taxas de administração de fundos de investimentos e comissões de vendas, são reconhecidas à medida que os serviços relacionados são prestados.

Outras despesas com taxas e comissões referem-se basicamente a eventos que são reconhecidos no resultado conforme os serviços são recebidos.

e. Resultado de ativos e passivos financeiros para negociação

O resultado de ativos e passivos financeiros para negociação inclui os ganhos e as perdas relacionados com os ativos e os passivos financeiros mantidos para negociação, e inclui todas as alterações realizadas ou a realizar de valor justo, juros, dividendos e diferenças cambiais.

f. Resultado de outros ativos e passivos financeiros ao valor justo pelo resultado O resultado de ativos e passivos financeiros a valor justo pelo resultado refere-se a ativos e passivos designado ao valor justo no resultado contabilizados por seus valores justos no resultado, e inclui todas as alterações do valor justo, juros, ganhos ou perdas realizados ou a realizar.

g. Resultado de ativos financeiros disponível para venda

O resultado de ativos financeiros disponíveis para venda inclui os ganhos e as perdas realizadas relacionados com os ativos financeiros disponíveis para venda, e inclui todas as alterações realizadas de valor justo, juros, dividendos e diferenças cambiais.

h. Dividendos

A receita de dividendos é reconhecida quando é estabelecido o direito do recebimento. Normalmente esta é a data-limite para pagamento de dividendos para títulos de capital. Os dividendos são refletidos como um componente de resultado de ativos e passivos para negociação, resultado de outros ativos e passivos financeiros ao valor justo, ou outras receitas operacionais com base na classificação do instrumento de capital.

i. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social compreende impostos correntes e diferidos, sendo reconhecida na demonstração de resultados, exceto se for referente a itens reconhecidos diretamente no outro resultado abrangente; nesse caso, é reconhecida no outro resultado abrangente.

Imposto de renda corrente é a expectativa de pagamento de impostos sobre o resultado tributável para o exercício, usando taxas promulgadas na data do balanço, e qualquer ajuste ao imposto a pagar com relação aos anos anteriores.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou da reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis.

Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

Despesas adicionais de imposto de renda, que provem da distribuição de dividendos, são reconhecidas no momento em que as despesas de dividendos a pagar são reconhecidas.

j. Caixa e equivalentes de caixa

São representadas por disponibilidades em moeda e em operações compromissadas, saldos não vinculados mantidos com o Banco Central e ativos financeiros de alta liquidez com vencimentos originais que não chegam a três meses, sujeitos a risco insignificante de mudanças em seu valor justo, e utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As disponibilidades são contabilizadas no balanço pelo custo amortizado. (nota 12)

k. Ativos e passivos financeiros

i. Classificação

De acordo com o IAS 39, todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados sob as seguintes categorias:

- Ativos e passivos financeiros mantidos para negociação;
- Ativos financeiros disponíveis para venda;
- Ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado designados a valor justo;

- Ativos financeiros mantidos até o vencimento;
- Empréstimos e recebíveis;
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou os passivos financeiros foram assumidos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

ii. Reconhecimento

Inicialmente, o Banco Morgan Stanley reconhece empréstimos, adiantamentos, depósitos, títulos emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os demais ativos e passivos financeiros, incluindo ativos e passivos ao valor justo no resultado, são inicialmente reconhecidos na data da negociação na qual o Banco vem a ser parte, conforme as disposições contratuais do instrumento.

Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, acrescidos, quando não classificados na categoria "a valor justo pelo resultado" e "mantidos para negociação", dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

iii. Baixa

É realizada a baixa do ativo financeiro quando expiram os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo, ou quando se transfere os direitos de receber os fluxos de caixa contratuais sobre o ativo financeiro em uma transação em que é transferida parte significativa dos riscos e dos benefícios da propriedade do ativo financeiro. Qualquer direito ou obrigação de ativos financeiros transferidos, que seja criado ou retido pelo Banco, é reconhecido como um ativo ou um passivo em separado.

O Banco efetua a baixa de um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são atendidas, canceladas ou expiram.

Transações de transferência de ativos reconhecidos no balanço, em que são retidos os riscos e as recompensas dos ativos transferidos, ou uma parcela destes, tais ativos não são baixados do balanço. As transferências de ativos com retenção de todos, ou substancialmente todos, os riscos e as recompensas, incluem, por exemplo, empréstimo de títulos e transações de recompra.

Em transações em que o Banco não retém nem transfere substancialmente todos os riscos e os benefícios de propriedade de um ativo financeiro, é feita a baixa do respectivo ativo quando o Banco deixa de exercer controle sobre este.

Os direitos e as obrigações retidos nas transações de transferência são reconhecidos separadamente como ativos e passivos conforme apropriado. Em transferências nas quais é retido o controle sobre o ativo, o Banco continua a reconhecer esse ativo enquanto permanecer o seu envolvimento, determinado pela duração de suas exposições às mudanças no valor do ativo transferido.

iv. Compensação de ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros podem ser compensados e o valor líquido pode ser

apresentado no balanço quando, e somente quando, o Consolidado possui legalmente o direito de compensar os valores e liquidá-los em bases líquidas, ou de realizar os ativos e acertar os passivos simultaneamente.

As receitas e as despesas são apresentadas em bases líquidas somente quando permitidas pelas normas contábeis ou oriundas de um grupo de transações similares, tais como as da atividade de negociação do Banco.

v. Avaliação pelo custo amortizado

O custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro é o valor no qual o ativo ou passivo financeiro é avaliado quando do reconhecimento inicial, menos as amortizações do principal, com a adição ou dedução da amortização acumulada utilizando-se o método da taxa efetiva de juros de quaisquer diferenças entre o valor inicial reconhecido e o valor no vencimento, deduzindo-se quaisquer reduções por perda por redução ao valor recuperável.

vi. Avaliação do valor justo

Valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser vendido, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e interessadas, em condições competitivas e normais de mercado, na data da avaliação.

A determinação dos valores justos de ativos financeiros e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de agentes de mercado para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação. As técnicas de avaliação incluem técnicas de valor líquido presente, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado, e modelos de avaliação. O Banco utiliza modelos de avaliação amplamente reconhecidos para determinar o valor justo de instrumentos financeiros, levando em consideração dados observáveis no mercado.

Para instrumentos financeiros mais complexos, o Banco utiliza modelos exclusivos, que usualmente são desenvolvidos com base em modelos de avaliação reconhecidos no mercado. Alguns ou todos os dados inseridos nesses modelos podem não ser observáveis no mercado, e são derivados de preços ou taxas de mercado ou são estimados com base em premissas. A cada transação, o instrumento financeiro é reconhecido inicialmente pelo preço da transação, que é o melhor indicador do valor justo, embora o valor obtido pelo modelo de avaliação possa diferir do preço da transação. Essa diferença inicial, normalmente um aumento, no valor justo indicado por técnicas de avaliação, é reconhecida na demonstração do resultado, dependendo dos fatos e circunstâncias individuais de cada transação e nunca posteriormente à data em que os dados de mercado tornem-se observáveis.

O valor produzido por um modelo ou por uma técnica de avaliação é ajustado para refletir diversos fatores, uma vez que as técnicas de avaliação não podem refletir adequadamente todos os fatores que os participantes do mercado consideram quando realizam uma transação. Os ajustes de avaliação são registrados para levar em conta os riscos dos modelos, as diferenças entre o preço de compra e de venda, os riscos de liquidez e crédito, bem como outros fatores. Na opinião da Administração, tais ajustes de avaliação são necessários e apropriados para a correta demonstração do valor justo dos instrumentos financeiros registrados no balanço.

vii. Identificação e avaliação de impairment

Em cada data de balanço, o Consolidado avalia se há evidências objetivas de que os ativos financeiros não contabilizados pelo valor justo no resultado apresentam *impairment*. Os ativos financeiros são considerados deteriorados quando evidências objetivas demonstram que ocorreu uma perda após o reconhecimento inicial do ativo e que a perda teve um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo que podem ser estimados de modo confiável.

As perdas por *impairment* de ativos contabilizados pelo custo amortizado são mensuradas como sendo a diferença entre o valor contabilizado dos ativos financeiros e o valor presente dos fluxos de caixa estimados, descontadas as taxas de juros efetivas originais dos ativos. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão de perdas em empréstimos e adiantamentos. Os juros do ativo com *impairment* continuam sendo reconhecidos enquanto existir a perspectiva de recebimento.

Quando um evento subsequente causa uma redução no volume da perda por *impairment*, esta é revertida contra o resultado do período.

As perdas por *impairment* com títulos disponíveis para venda são reconhecidas transferindo-se a diferença entre o custo de aquisição amortizado e o valor justo atual, do patrimônio líquido para o resultado do período. Quando um evento subseqüente reduz o valor da perda por *impairment* em títulos disponíveis para venda, a perda por *impairment* é revertida contra o resultado do período.

Quaisquer recuperações subsequentes no valor justo de um título disponível para venda com *impairment*, entretanto, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. As mudanças nas provisões para *impairment* atribuíveis ao valor do tempo são refletidas como componente da receita de juros.

l. Ativos e passivos financeiros mantidos para negociação

Os ativos e passivos para negociação são os ativos e passivos mantidos pelo Consolidado com o propósito de vender ou recomprar no curto prazo, ou que mantém como parte de uma carteira administrada para obter lucro no curto prazo ou para tomada de posições.

Os ativos e passivos para negociação são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período. Todas as mudanças no valor justo são reconhecidas como parte da receita líquida de negociação no resultado do período. Os ativos e passivos mantidos para negociação não são reclassificados após seu reconhecimento inicial.

m. Ativos e passivos financeiros designados a valor justo no resultado

São os ativos e passivos designados a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo). Esta designação não pode ser alterada subseqüentemente. De acordo com o IAS 39, a opção de valor justo somente pode ser aplicada quando sua aplicação reduz ou elimina inconsistências contábeis no resultado ou quando os ativos financeiros fazem parte de uma carteira cujo risco é administrado e reportado à Administração com base no seu valor justo.

Os ativos e passivos financeiros incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subseqüentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração consolidada do resultado. Os ganhos e perdas oriundas de alterações no valor

justo são incluídos diretamente na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros – Ativos e passivos financeiros designados a valor justo através do resultado.

Ativos financeiros ao valor justo pelo resultado estão representados por títulos públicos com a intenção de eliminar inconsistências no reconhecimento dos ganhos e perdas de passivos financeiros que são classificados para negociação, eliminando assim inconsistências no resultado, evidenciando a forma de como são administrados e atrelados esses ativos e passivos financeiros.

n. Ativos financeiros disponível para venda

De acordo com o IAS 39, os ativos financeiros são classificados como disponíveis para venda quando, no julgamento da Administração, eles podem ser vendidos em resposta ou em antecipação a alterações nas condições de mercado e que não foram classificados como ativos financeiros ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis ou mantidos até o vencimento.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são inicialmente e subsequentemente contabilizados no Balanço patrimonial consolidado pelo seu valor justo, que consiste inicialmente no montante pago incluindo quaisquer custos de transação. Os ganhos e perdas não realizados (exceto perdas por redução ao valor recuperável, diferenças cambiais, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, no outro resultado abrangente.

Ativos financeiros ao valor justo pelo resultado estão representados por títulos públicos com a intenção de eliminar inconsistências no reconhecimento dos ganhos e perdas de passivos financeiros que são classificados para negociação, eliminando assim inconsistências no resultado, evidenciando a forma de como são administrados.

o. Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros que não são classificados como a valor justo através do resultado estão classificados nesta categoria e inicialmente, são reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. A despesa de juros é apresentada na Demonstração consolidada do resultado em despesas e receitas de juros.

Os seguintes passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial consolidado são reconhecidos a custo amortizado:

- Operações compromissadas;
- Depósitos;
- Obrigações por empréstimos e repasses; e
- Outros passivos financeiros.

p. Ativo imobilizado

i. Reconhecimento e avaliação

Os itens do imobilizado são avaliados pelo custo menos a depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos e perdas ao valor recuperável.

O custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo de ativos construídos pela própria empresa inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos diretamente atribuíveis necessários à operacionalidade para a utilização prevista, e os custos de remoção dos itens e recuperação do local em que se encontram estabelecidos. Software adquirido que seja necessário à funcionalidade do equipamento relacionado é registrado como parte do equipamento.

Quando os principais componentes de um item do imobilizado possuem diferentes vidas úteis, são contabilizados como itens separados do imobilizado.

ii. Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil estimada de cada parte de um bem do imobilizado.

O método de depreciação, a vida útil e os valores residuais dos bens do imobilizado são reavaliados a cada data de balanço.

Móveis, instalações e equipamentos	7 - 10 anos
Sistemas de comunicação	5 - 9 anos
Processamento de dados	3 - 5 anos
Outras imobilizações	5 anos
Benfeitorias	10 anos

q. Ativos tributários diferidos

Ativos tributários diferidos são reconhecidos sobre perdas tributárias na medida em que é provável que o lucro tributável esteja disponível no período em que as perdas poderão ser utilizadas. Um julgamento é requerido para determinar o montante de ativo futuro tributário diferido que deve ser reconhecido, com base no fluxo provável de lucro tributável futuro, e em conjunto com estratégias de planejamento tributário, se houver.

r. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, como resultado de um evento passado, o Banco tem uma obrigação legal presente que pode ser estimada de modo confiável, com provável saída de benefícios econômicos para sua quitação. As provisões são determinadas descontando-se os fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa, antes dos impostos, que reflita a atual avaliação do mercado do valor do dinheiro no tempo, e, se apropriado, os riscos específicos do passivo.

s. Política de remuneração variável

Pagamentos baseado em ações

O Banco participa dos planos globais de ações do Morgan Stanley, os quais prevêem o pagamento pelo Banco ao Morgan Stanley (NY) em consideração a transferência das suas ações

aos funcionários do Banco. O custo das ações é mensurado pelo valor justo na data da concessão ("grant date"), atualizado conforme valor de mercado das ações do Morgan Stanley (NY) e registrado como despesa de remuneração durante o período de aquisição ("vesting period"), ajustado por condições de cancelamento dos planos, se existente.

Outros planos de compensação diferida

O Banco concede planos de compensação diferida para certos funcionários, os quais prevêem o diferimento de parte da remuneração discricionária acrescido da performance de certos investimentos referendados. O valor justo da compensação diferida é reconhecido como despesa de remuneração, ajustado por condições de cancelamento dos planos, se existente.

t. Eventos subsequentes

Não houve nenhum evento subsequente que refletisse algum ajuste contábil.

u. Novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotados

Os novos pronunciamentos, aditivos a pronunciamentos e interpretações abaixo ainda não são efetivos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e não foram aplicados na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas:

Amendments to IAS 01Presentation of financial statements - Government Loans

A alteração contempla exceção para a aplicação retrospectiva das IFRSs na mensuração de empréstimos gonvernamentais para as entidades que estão adotando as IFRSs pela primeira vez. As alterações tratam da permissão para a aplicação dos requerimentos de mensuração das normas que tratam de instrumentos financeiros (IAS 39 – Financial Instruments: Recognition and Measurement ou IFRS 9 – Financial Instruments, se aplicável), para um empréstimo governamental com taxa de juros abaixo do mercado, de forma prospectiva, a partir da data de transição às IFRSs.

De forma alternativa, o adotante pela primeira vez pode eleger aplicar os requerimentos de mensuração para um empréstimo governamental retrospectivamente, se as informações necessárias foram obtidas quando ele registrou inicialmente o empréstimo. Esta opção está disponível empréstimo a empréstimo.

Estas alterações não impedem o adotante pela primeira vez de utilizar a isenção existente na IFRS 1 de designar instrumentos financeiros previamente reconhecidos ao seu valor justo, através do resultado.

Amendments to IFRS 7 - As alterações incluem requisitos mínimos de divulgação relacionados a ativos e passivos financeiros que são:

- Compensados no balanço patrimonial; ou
- Sujeito a disposições de acordos de compensação ou acordos similares.

As alterações incluem uma reconciliação dos valores brutos e líquidos dos ativos e passivos financeiros, mostrando separadamente os valores compensados e não compensados no balanço patrimonial.

IFRS 10 Consolidated Financial Statements - IFRS 10 fornece um modelo único a ser aplicado na análise de controle para todas as investidas, incluindo as entidades que são SPEs no escopo do SIC 12.

As principais mudanças são:

- Avaliação da existência de controle será significativamente baseada em julgamento
- O modelo de controle único aplica-se a todas as investidas
- A identificação de controle sob uma investida pode ser alterada quando diversos investidores têm a capacidade de dirigir diferentes atividades da investida
- Definição de controle de fato está incluído no modelo
- Avaliação de controle baseada em direitos de voto potenciais substantivos em contraposição aos direitos de voto potenciais atualmente exercíveis
- Exposição ou o direito à variabilidade de retorno substitui o conceito de benefício
- Guidance na definição de "agente versus principal" introduzida explicitamente
- Guidance para o investidor avaliar a existência de poder sobre um silo em vez de sobre pessoa jurídica como um todo
- Direitos de proteção são definidos e uma orientação explícita sobre direitos de destituição da administração é introduzida

IFRS 11 Joint Arrangements – O IFRS 11 introduziu 2 aspectos, sendo:

- É extraído do IAS 31 as entidades controladas em conjunto, em que embora haja veículos separados, essa separação não é efetiva por alguma razão. Esses acordos são tratados como ativos/operações controladas em conjunto, no IFRS 11 chamados de operações conjuntas.
- As entidades que não se enquadrem como uma operação conjunta, deverão ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial (i.e. Não é mais permitida a consolidação proporcional).

IFRS 12 Disclosure of Interests in Other Entities

O IFRS 12 contém requerimentos de divulgação bastante extensas para entidades que possuem participações em subsidiárias, joint arrangements, coligadas e/ou entidades não consolidadas.

As divulgações exigidas têm como objetivo fornecer informações para possibilitar com que os usuários avaliem:

- A natureza e os riscos associados às participações de uma entidade em outras entidades.
- As divulgações ampliadas sobre controladas, acordos conjuntos e coligadas.
- Novas divulgações sobre entidades estruturadas não consolidadas.

• Os efeitos dessas participações na posição financeira da entidade, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa.

IFRS 13 Fair Value Measurement

O IFRS 13 explica "como" mensurar o valor justo quando for requerido ou permitido por outros IFRS. O IFRS 13 – Fair Value Measurement – tem como objetivo um maior alinhamento entre IFRS e USGAAP, aumentando a consistência e diminuindo a complexidade das divulgações, utilizando definições precisas de valor justo.

IFRS 9: Financial Instruments (replacement of IAS 39)

IFRS 9 mantém mas simplifica o modelo de mensuração mista e estabelece duas categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base da classificação depende do modelo de negócio da entidade e das características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A orientação incluída no IAS 39 sobre impairment dos ativos financeiros e contabilização de hedge continua a ser aplicada.

Amendments to IAS 19 (2012)

Essa alteração exclui a alternativa do uso do método do corredor e requer que todas as movimentações devam ser lançadas em Outros Resultados Abrangentes Acumulados. É efetivo para exercícios iniciados após 1° de janeiro de 2013.

Amendments to IAS 27 (2011)

As alterações do IAS 27 tem o objetivo de estabelecer a contabilização e divulgação de investimentos em subsidiárias, joint ventures, e coligadas quando uma entidade optar, ou for exigida pelos regulamentos locais, apresentar demonstrações financeiras separadas.

Amendments to IAS 28 (2011)

O objetivo do IAS 28 (revisado em 2011) é o de prescrever a contabilização de investimentos em associadas e estabelecer os requisitos para a aplicação do método de equivalência patrimonial quando contabilização de investimentos em coligadas e joint ventures. [IAS 28 (2011).1]

Amendments to IAS 32 and IFRS 7 (2011)

As alterações do IAS 32 tem o objetivo de esclarecer os requerimentos de compensação de instrumentos financeiros.

Estas alterações endereçam as inconsistências encontradas na prática quando aplicados os critérios de compensação no IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação.

As alterações esclarecem:

- O significado de "dispõe de um direito legalmente executável para liquidar pelo montante liquido" (currently has a legally enforceable right of set of); e
- Que alguns sistemas de liquidação pelo valor bruto podem ser considerados equivalentes ao de liquidação pelo valor líquido.

As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014 e são aplicação retrospectiva é requerida.

As alterações são parte do projeto de compensação do IASB. Como parte desse projeto, o IASB emitiu também separadamente Disclosures—Offsetting Financial Assets and Financial Liabilities (Amendments to IFRS 7), as alterações deste IFRS irá conter novos requerimentos de divulgação para ativos financeiros e passivos financeiros sendo eles:

- Compensação na demonstração Financeira; ou
- Sujeitas a acordos principais de compensação ou acordos semelhantes.

Os novos pronunciamentos e interpretações não ocasionaram impactos relevantes para a apresentação das Demonstrações Financeiras nos exercícios seguintes, não sendo necessária a mensuração de eventuais impactos.

4 Ajustes de transição para IFRS

As políticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 3 foram utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, na preparação da informação financeira comparativa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Na preparação do balanço consolidado de abertura de acordo com as IFRS, o Banco ajustou os montantes anteriormente informados, os quais haviam sido preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Bacen (BRGaap).

Apresentamos abaixo os efeitos da transição para as IFRS na posição financeira do Consolidado:

Conciliação do Patrimônio Liquido	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Patrimônio liquido BRGaap Ajuste a valor de mercado ações (a)	993.105 64.500	944.926 43.662
Efeito fiscal marcação a mercado (b) Patrimônio liquido IFRS	(25.800) 1.031.805	(17.465) 971.123

(a) Reconhecimento e mensuração de investimentos

Dentro do escopo do IAS 39 certos investimentos são caracterizados como instrumentos financeiros. Dessa forma devem ser avaliados e reconhecidos pelo valor justo.

Assim para o IFRS o Banco reclassificou seus investimentos, no "BRGAAP" avaliados ao custo, para disponível para venda, onde foi efetuado cálculo do valor justo. A diferença entre o BR GAAP e o IFRS impactou no aumento do ativo e conseqüentemente do patrimônio do Consolidado.

(b) Imposto de renda e contribuição social sobre os ajustes IFRS

O IAS 12 requer a contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis, exceto para impostos diferidos originados de reconhecimento inicial de um passivo ou ativo em uma transação que não se qualifica como uma combinação de negócios e que na data da transação, não afeta o lucro contábil e nem o lucro (ou perda) fiscal para fins fiscais.

Os ajustes de imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados sobre os ajustes de IFRS.

Na transição para o IFRS não houve impactos no resultado BRGaap para IFRS sendo que o lucro líquido apurado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram de R\$49.119 e 127.397, respectivamente.

5 Resultado líquido de juros

		2012	2011
	Receitas de juros		
	Caixa e equivalentes a caixa	134.170	22.748
	Operações compromissadas	194.457	33.396
	Ativos financeiros disponíveis para venda	29.700	128.376
	Dividendos	2.544	1.800
	Rendas de Certificado de Crédito Bancário	3.846	-
	Rendas de Operações de Cambio Financeiro	1.667	-
	Rendas de Operação de Crédito	1.191	-
	Total	<u>367.575</u>	<u>186.320</u>
	Despesas de juros		
	Depósitos de instituições financeiras	4.762	4.378
	Depósitos de clientes	122.657	116.441
	Operações Compromissadas	196.923	77.922
	Despesas de Empréstimo de Títulos e Valores Mobiliários	8.850	-
	Despesa de Operação de Cambio	7.667	-
	Outros	252	3.667
	Total	<u>341.111</u>	<u>202.418</u>
	Resultado líquido de juros	<u>26.464</u>	(16.098)
6	Resultado líquido de serviços e comissões		
		2012	2011
	Receitas de serviços e comissões		
	Comissões	2.893	_
	Colocação de Títulos em Oferta Publica	15.644	34.405
	Total	<u>18.537</u>	<u>34.405</u>
	Despesas de serviços e comissões		
	Serviços do sistema financeiro	1.818	1.744
	Total	<u>1.818</u>	<u>1.744</u>
	Resultado líquido de serviços e comissões	<u>16.719</u>	<u>32.661</u>

7 Resultado de ativos e passivos financeiros

	2012	2011
Resultado de ativos e passivos financeiros para negociação		
Ganhos – Swap	(56.336)	17.111
Ganhos (Perdas) – Futuros	(68.852)	(369.722)
Ganhos (Perdas) – Termo	(104.165)	53.592
Ganhos – Opções	788.994	63.444
Ganhos (Perdas) – Ações	(542.867)	2.580
Total Resultado de outros ativos e passivos financeiros ao valor justo pelo resultado	<u>16.774</u>	(232.995)
Ganhos - Títulos Públicos	<u>178.199</u>	<u>437.191</u>
Resultado de ativos financeiros disponível para venda		
Ganhos (Perdas) - Títulos Públicos	<u>9.896</u>	<u>3.357</u>

8 Resultado de variação cambial

O resultado de variação cambial para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 7.887 (R\$ 8.948 em 31 de dezembro de 2011).

9 Despesas administrativas

	2012	2011
Despesa de Pessoal	117.292	_
Plano de Ações	9.056	-
Serviços prestados - Morgan Stanley do Brasil Participações e Serviços Ltda.	1.461	8.764
Despesas de prestação de serviços de terceiros	3.621	2.216
Despesas de prestação de serviços técnicos especializados	2.562	2.388
Despesas de serviços do sistema financeiro	5.342	2.381
Despesas de aluguéis	2.779	1.775
Despesas de viagens	4.432	-
Despesas de manutenção e conservação de bens	545	517
Despesa de corretagem	10.828	16.369
Despesa de taxa de administração de fundo	1.282	1.099
Outras	6.600	2.362
Total	<u>162.800</u>	<u>37.871</u>

10 Outras despesas operacionais

	2012	2011
Despesa de ISS	940	1.721
Contribuição ao COFINS	13.878	10.000
Contribuição ao PIS	2.255	1.625
Despesa de instalações	2.535	-
Outras despesas operacionais	<u>3.585</u>	1.685
Total	<u>23.193</u>	<u>15.031</u>

11 Despesas de imposto de renda

<u>-</u>	2012		2011	
	IR	CS	IR	CS
Resultado antes dos impostos	63.405	63.405	175.991	175.991
Juros sobre o capital próprio	-	-	(50.649)	(50.649)
Resultado antes do Imposto e após juros sobre capital Adições (exclusões) permanentes	63.405	63.405	125.342	125.342
Dividendos	(4.240)	(4.240)	-	-
Despesas indedutíveis	1	1	11	11
Resultados com Investimentos no exterior	11.744	11.744	731	731
Despesa de ajuste em investimento no exterior	(17.574)	(17.574)	(3.139)	(3.139)
Lucros e dividendos de investimentos avaliados pelo custo de aquisição	_	_	(1.800)	(1.800)
Adições (exclusões) temporárias			(1.000)	(1.000)
Valorização (desvalorização) a preço de mercado	89.313	89.313	(20.813)	(20.813)
Remuneração variável	29.748	29.748	-	-
Provisões indedutíveis	1.988	1.988	-	-
Base de cálculo	174.385	174.385	100.332	100.332
IR / CS sobre o resultado corrente do exercício	43.572	<u>26.158</u>	<u>25.059</u>	<u>15.050</u>
Contribuição social e Imposto de renda diferidos sobre ajuste a mercado de instrumentos financeiros derivativos, bem como sobre as diferenças temporárias geradas em função pelo art. 32 da Lei				
n° 11.051/04	(96.989)	(58.193)	2.647	1.588
Passivo fiscal diferido sobre MTM – instrumentos financeiros para negociação	62.375	37.363	2.487	1.763
IR / CS sobre o resultado diferido do exercício	(34.614)	(20.830)	5.134	3.351
Total	8.958	<u>5.328</u>	30.193	<u>18.401</u>

Cálculo efetivo das alíquotas de imposto

	2012	2011
Lucro antes da tributação	63.405	175.991
Imposto de renda	<u>14.286</u>	48.594
Alíquota efetiva do imposto de renda	<u>22,53%</u>	<u>27,61%</u>

12 Caixa e equivalentes a caixa

	2012	2011	
	Valor Contábil	Valor Contábil	
Disponibilidade em moeda Disponibilidades em operações compromissadas	931.491 <u>441.108</u>	9.769 <u>649.365</u>	
Total	1.372.599	659.133	

13 Ativos financeiros

Os Ativos Financeiros contabilizados pelo seu valor justo são apresentados na tabela a seguir:

	2012	2011
	Valor Contábil	Valor Contábil
Ativos financeiros mantidos para negociação		
Intrumentos financeiros derivativos		
Swap	547.301	178.987
NDF	50.394	118.234
Futuros	5.333	97.459
Opções	131.138	31.993
Outros	3.355	-
Outros ativos financeiros mantidos para negociação		
Ações de Companhias Abertas	124.587	109.438
Total	862.108	<u>536.111</u>
Outros ativos financeiros ao valor justo pelo resultado Títulos Públicos		
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1.632.299	3.127.010
Títulos de Renda Variável	24.605	-
Total	1.656.904	<u>3.127.010</u>
Ativos financeiros disponível para venda Títulos Privados		
Nota Promissória	98.504	_
1.0W 1.0IIIBBOIIW	70.501	

	2012	2011
	Valor Contábil	Valor Contábil
Ativos financeiros mantidos para negociação		
Títulos Públicos Letras do Tesouro Nacional (LTN) Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	140.987	459.727 172.115
Renda Variável Ações de Companhias Abertas	69.463	48.625
Total	<u>308.954</u>	<u>680.467</u>
	2012	2011
Ativos financeiros ao custo amortizado	Valor Contábil	Valor Contábil
Empréstimos e recebíveis a instituições financeiras Operações compromissadas Depósitos Interfinanceiros	2.634.726 38.169	1.674.433
Total	2.672.895	1.674.433
Empréstimos e recebíveis clientes Recebíveis		
Clientes Negociação e Intermediação de Valores	3.395 276.520	733 264.333
Total	<u>279.915</u>	<u>265.066</u>

14 Passivos financeiros

Os passivos financeiros contabilizados pelo seu valor justo são apresentados na tabela a seguir:

	2012	2011	
	Valor contábil	Valor contábil	
Passivos financeiros mantidos para negociação			
Intrumentos financeiros derivativos			
Swap	509.767	118.172	
NDF	39.754	124.487	
Opções	81.382	270.960	
Futuros	81	125.015	
Outros	3.356	-	
Negociação e Intermediação de Valores			
Credores por empréstimos de ações	838.502	1.504.272	
Outras	59.829	184.635	
Total	<u>1.532.671</u>	2.327.541	

Passivos financeiros ao custo amortizados

Operações Compromissadas		
Total	<u>2.180.101</u>	1.674.434
Títulos Emitidos		
Depósitos de Instituições financeiras	102.366	16.416
Depósitos de Clientes	2.078.586	1.113.208
Total	<u>2.180.952</u>	<u>1.129.624</u>
Obrigações Por Empréstimo e Repasse		
Empréstimo em Moeda Estrangeira	<u>135.158</u>	731.289
Outros passivos		
Operações de câmbio		
Total	4.496.211	3.535.347

15 Valor justo dos instrumentos financeiros

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

Para os Ativos e Passivos financeiros ao custo amortizado, representados substancialmente por operações compromissadas (de um dia de liquidação), depósitos interfinanceiros e depósitos a prazo atrelados a taxa de mercado pós-fixada "CDI", os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

Os Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, inclusive Derivativos (Ativos e Passivos), Ativos Financeiros designados ao Valor Justo através do Resultado, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda – Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos dos instrumentos financeiros.

Os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado e validados comparando-se com as informações fornecidas pela ANBIMA.

Os valores justos dos instrumentos derivativos foram apurados conforme segue:

A precificação de operações envolvendo ações e contratos futuros detidos pelo Banco é apurada com base em preços divulgados pela BM&FBOVESPA.

A precificação das operações de swap, termos de moeda e opções é obtida por meio da geração das curvas de juros e das taxas de conversão fundamentadas na combinação de preços (cotações) dos produtos disponíveis dos principais fornecedores do mercado, como BM&FBOVESPA, Reuters e Bloomberg.

Por meio de modelos matemáticos internos de interpolação, são calculadas as diversas curvas nas datas necessárias para a apuração dos fatores de desconto dos fluxos de caixa.

Os ajustes diários das operações realizadas no mercado futuro e os resultados dos contratos de swap, termo de moeda e opções são registrados como receita ou despesa efetiva quando auferidos e representam seu valor levando em conta os riscos dos modelos, as diferenças entre o preço de compra e de venda, os riscos de liquidez e crédito, bem como outros fatores que afetam seu valor justo.

Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial devem ser agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo.

Nível 1 - são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação continuamente.

Nível 2 - são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (market makers), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) as informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) as informações que são derivadas principalmente de ou corroboradas por dados do mercado observáveis através de correlação ou por outros meios.

Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis). O Consolidado não apresentava em 31 de dezembro de 2012 instrumentos financeiros mensurados com base em modelos internos que não utilizem substancialmente dados de mercado observáveis (Nível 3).

As tabelas a seguir mostram um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo agregados entre os níveis 1, 2 e 3 nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Consolidado para apurar seu valor justo:

Nivel 1	Nivel2	Total
-	98.504	98.504
1.773.286	-	1.773.286
218.655	-	218.655
-	547.301	547.301
-	50.394	50.394
-	131.138	131.138
5.333		5.333
3.355		3.355
2.000.629	827.337	2.827.966
	1.773.286 218.655 - - 5.333 3.355	- 98.504 1.773.286 - 218.655 - - 547.301 - 50.394 - 131.138 - 3.355

31 de dezembro de 2011	Nivel 1	Nivel2	Total
Ativos financeiros			
Titulos Publicos:			
Letra do tesouro Nacional	3.586.738	-	3.586.738
Notas do Tesouro Nacional	172.115	-	172.115
Ações:	150.063		150.062
Ações de Companhias Abertas	158.062	-	158.062
Derivativos: Swap		178.987	178.987
NDF	-	118.234	118.234
Opções .	_	97.459	97.459
Futuros	31.993	-	31.993
Total	3.948.908	394.680	4.343.588
31 de dezembro de 2012	Nivel 1	Nivel2	Total
Passivos financeiros			
Credores por emprestimos de ações	838.503	_	838.503
Outros credores por liquidação pendente	59.828	_	59.828
Derivativos:			
Swap	-	509.767	509.767
NDF	-	39.754	39.754
Opções	_	81.382	81.382
Futuros	81	-	81
Outros	3.356		3.356
Total	901.768	630.903	1.532.671
31 de dezembro de 2011	Nivel 1	Nivel2	Total
Passivos financeiros			
Credores por empréstimos de ações	1.504.272	-	1.504.272
Outros credores por liquidação pendente	184.635	-	184.635
Derivativos:			
Swap	-	118.172	118.172
NDF	-	124.487	124.487
Opções	105.015	270.960	270.960
Futuros	125.015	-	125.015
Total	1.813.922	513.619	2.327.541

16 Ativos por impostos diferidos

	2012	2011
Crédito tributário Impostos e contribuições a compensar	68.693 <u>17.173</u>	34.889 14.467
Total	<u>85.866</u>	<u>49.356</u>

a. Créditos tributários

- Natureza e origem Os créditos tributários do Imposto de Renda e da Contribuição Social, no montante de R\$ 68.693 (2011 R\$ 34.889), foram constituídos sobre diferença entre valor contábil e base fiscal de operações de instrumentos financeiros.
- Critérios de constituição Os créditos tributários foram registrados contabilmente de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.059, de 20 de dezembro de 2002, constituídos à alíquota de 25% para Imposto de Renda, no montante de R\$ 42.933 (2011 R\$ 21.806), e 15% para Contribuição Social, no montante de R\$ 25.760 (2011 R\$ 13.083).
- **Valores constituídos e baixados no período** A movimentação dos créditos tributários ativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 pode ser demonstrada como segue:

	2012	
	Adições Temporárias	Total
Saldo Inicial em 31/12/2011 Constituição no exercício	34.889 33.804	34.889 33.804
Saldo Final em 31/12/2012	<u>68.693</u>	<u>68.693</u>
	2011	
	Adições Temporárias	Total
	F	
Saldo Inicial em 31/12/2010 Reversões no exercício	39.607 (4.718)	39.607 (4.718)

17 Passivos por impostos correntes e diferidos

	2012	2011
Passivos por impostos correntes:		
Imposto de renda a pagar Contribuição social a pagar Outros impostos e contribuições a recolher	43.572 26.158 12.738 82.468	25.059 15.050 <u>7.656</u> 47.765
Passivos por impostos diferidos:		
Imposto de renda diferido Contribuição social diferida	24.077 <u>40.128</u> <u>64.205</u>	47.423 30.689 78.112
Total	<u>146.673</u>	125.877

18 Outros ativos

A rubrica de outros ativos está representada substancialmente por operações com ativos financeiros a liquidar — Interbancário para Liquidação Futura — que em 31 de dezembro de 2012 era representada pelo montante de R\$ 16.569.

19 Outros passivos

	2012	2011
Pessoal	40.952	-
Plano se Ações (1)	9.056	-
Sociais e Estatutárias – juros sobre capital próprio	5.881	43.051
Outros	<u>4.517</u>	5.735
Total	<u>60.406</u>	<u>48.786</u>

⁽¹⁾ Não existem valores disponíveis ("vested") no exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

20 Ativo imobilizado

Custo de aquisição	Benfeitorias	Móveis. instalações e equipamentos	Sistemas de comunicação	Processamento de dados	Outras imobilizações	Total
Saldo em 1º de						
janeiro de 2012	11.653	5.418	6.889	6.069	236	30.265
Aquisições	-	3	246	1.630	-	1.879
Transferencias	-	-	-	(627)	(23)	(650)
Baixa	-	-	-	-	(176)	(176)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	11.653	5.421	7.135	7.072	37	31.318

Custo de aquisição	Benfeitorias	Móveis. instalações e equipamentos	Sistemas de comunicação	Processamento de dados	Outras imobilizações	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2011 Aquisições Saldo em 31 de	11.653	5.276 142	6.374 515		212 24	29.124 1.141
dezembro de 2011	11.653	5.418	6.889	6.069	236	30.265
Depreciação Saldo em 1º de janeiro de 2012	(4.881)	(2.272)	(4.600)	(4.018)	(201)	(15.972)
Depreciação do exercício Transferências Baixa	(1.161)	(648)	(715) - -	(1.134) 67	25 176	(3.659) 92 176
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(6.042)	(2.920)	(5.315)	(5.085)	-	(19.363)
Depreciação						
Saldo em 1º de janeiro de 2011 Depreciação do	(3.719)	(1.631)	(3.489)	(2.804)	(159)	(11.801)
exercício Saldo em 31 de	(1.162)	(642)	(1.111)	(1.214)	(42)	(4.171)
dezembro de 2011	(4.881)	(2.273)	(4.600)	(4.018)	(201)	(15.972)
Valor contábil Saldo em 31 de						
dezembro de 2012	5.611	2.500	1.820	1.987	37	11.955
Saldo em 31 de dezembro de 2011	6.772	3.146	2.289	2.051	35	14.293

21 Capital e reservas

a. Capital social

O capital social está representado por 404.496.204 (2011 – 404.496.204) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b. Dividendos

O estatuto social prevê a distribuição de um dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido, ajustado na forma da legislação pertinente, ao qual poderá ser imputado o valor dos juros pagos ou creditados pelo Banco Morgan Stanley, a título de remuneração do capital próprio.

c. Juros sobre capital proprio

Durante o exercício de 2011, o Banco efetuou a remuneração do capital próprio aos acionistas, calculada sobre as contas do patrimônio líquido, com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, no montante de R\$ 50.649 e constam como destinação do resultado, diretamente na demonstração das mutações do patrimônio líquido, na forma da Circular nº 2.739, de 19 de fevereiro de 1997, do Banco Central do Brasil e reduziram a despesa com imposto de renda e contribuição social do exercício aproximadamente em R\$ 20.260.

Em 2012 o Banco não efetuou a remuneração do capital próprio aos acionistas.

d. Reserva de capital

Não houve constituição de reservas de capital no exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

e. Reserva estatutária

Conforme previsto no Estatuto Social, por proposta da Administração, foi constituída Reserva Estatutária, com base no lucro líquido do exercício, não distribuído após todas as destinações.

22 Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas se referem exclusivamente a outras partes relacionadas.

	2012	2011
Ativo		
Aplicação em depósitos interfinanceiros Morgan Stanley Co.	922.487	21.910
Valores a receber de instrumentos financeiros derivativos Kona Fundo de Investimento Financeiro Ásia Fundo de Investimento Financeiro	337.446 301	124.907 42
Valores a receber prestação de serviços Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Morgan Stanley Prest. Serviços Comércio e Commodities Ltda. Morgan Stanley Adm. de Carteiras S.A.	4.639 2.539 204	- - -
Passivo		
Depósitos à prazo Kona Fundo de Investimento Financeiro Fórmula XVI Fundo de Investimento Financeiro Morgan Stanley Administradora de Carteiras S.A.	(722.076) (425.182) (9.144)	(1.106.185) - (5.781)
Obrigações por operações compromissadas Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Kona Fundo de Investimento Financeiro Fórmula XVI Fundo de Investimento Financeiro Kalaoa Fundo de Investimento Financeiro	(629.439) (926.718) (244.061) (379.857)	(572.640) (1.052.054) (42.235)
Valores a pagar de <i>instrumentos financeiros derivativos</i> Kona Fundo de Investimento Financeiro Ásia Fundo de Investimento Financeiro	(175.385) (10.449)	(11.366) (33.649)
Resultado		
Resultado com instrumentos financeiros derivativos Kona Fundo de Investimento Financeiro Ásia Fundo de Investimento Financeiro	38.099 23.458	381.982 (22.610)

	2012	2011
Despesas de depósitos à prazo		
Kona Fundo de Investimento Financeiro	(106.349)	(110.935)
Fórmula XVI Fundo de Investimento Financeiro	(4.098)	_
Morgan Stanley Administradora de Carteiras S.A.	(3.080)	(1.167)
Despesas de operações compromissadas		
Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(48.014)	(54.817)
Fórmula XVI Fundo de Investimento Financeiro	(10.627)	(9.904)
Kona Fundo de Investimento Financeiro	(116.265)	(13.002)
Kalaoa Fundo de Investimento Financeiro	(5.165)	-
Outras receitas operacionais		
Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	10.090	-
Morgan Stanley Prest. Serviços Comércio e Commodities Ltda.	3.472	-
Morgan Stanley Adm. de Carteiras S.A.	1.061	-

O grau de relacionamento das empresas do Grupo, as quais o Banco Morgan Stanley possuía transações em 31 de dezembro de 2012, é:

- Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.: empresa do Conglomerado Financeiro.
- Caieiras Fundo de Invest. Multimercao -FMIE: quotista exclusivo do fundo.
- Demais empresas: empresas relacionadas.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração dos administradores considera os valores provisionados e pagos aos membros do Comitê Executivo do Conglomerado Morgan Stanley e/ou os diretores estatutários, conforme descrito abaixo:

	2012	2011
Benefícios de curto prazo a administradores		
Proventos	5.935	-
Encargos sociais	2.099	-
	2012	2011
Benefício de longo prazo a administradores		
Plano de remuneração com base em ações (1)	1.551	-
Plano de compensação diferida	4.133	-
Encargos sociais sobre beneficios longo prazo	1.983	-

(1) Refere-se à remuneração com pagamento baseado em ações da Matriz, sediada no exterior. Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos para os membros da Administração e seus respectivos familiares, bem como às pessoas físicas e jurídicas a elas ligadas.

Obrigações com benefícios de aposentadoria

O Banco participa de plano de benefício de aposentadoria suplementar de contribuição definida. A despesa no resultado representa as contribuições pagas em relação ao serviço prestado pelos funcionários durante o ano.

Planos de incentivo em acões

O Banco participa de planos globais de incentivos com base em ações do Morgan Stanley, os quais atribuem promessas de pagamentos futuros baseados em ações aos seus funcionários e administradores, desde que cumpridas determinadas condições, tais como sua permanência nas empresas, geralmente dois a três anos a partir da data da concessão. Parte da recompensa pode ser cancelada se o trabalho for rescindido antes do final do período de aquisição e sua totalidade pode ser cancelada em algumas situações limitadas, incluindo a rescisão por justa causa durante o período de restrição ("vesting period").

Outros plano de compensação diferida

O Banco concede planos de compensação diferida para certos funcionários, os quais prevêem o diferimento de parte da remuneração discricionária acrescido da performance de certos investimentos referendados. A aquisição destas recompensas estão sujeitas ao cumprimento de determindas condições, tais como a permanência na empresa por período que pode variar de 6 meses a 3 anos da data da concessão. A totalidade ou uma parte da recompensa pode ser cancelada se o trabalho for rescindido antes do final do período de aquisição ("vesting period"). Os planos são liquidados em dinheiro no ao final do período de aquisição.

23 Contingências

A administração não tem conhecimento de nenhuma contingência com perda provável ou possível de forma que não há provisão constituída para contingências nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

24 Gerenciamento de riscos

a. Introdução e visão geral

A Administração acredita que a gestão efetiva de riscos é vital para o sucesso do Banco e conseqüentemente mantém um ambiente de gerenciamento de riscos que visa abranger as diversas atividades dos departamentos em uma estrutura gerencial integrada facilitando a incorporação da avaliação de risco no processo decisório através das diversas partes do Consolidado

O Morgan Stanley possui políticas globais da controladora e políticas locais para identificar, monitorar e gerenciar os riscos significativos nas suas atividades, bem como em suas funções de suporte ao negócio. Os principais riscos nos negócios da companhia incluem riscos de mercado, crédito, liquidez e operacional.

O fundamento da filosofia de gerenciamento de risco do Morgan Stanley é a execução da sua atividade em busca de retornos adequados através de uma prudente utilização dos riscos que proteja o capital e imagem da companhia. Para garantir a eficácia do gerenciamento de riscos, componente essencial da reputação da Instituição, a Administração requer a comunicação freqüente e abrangente das informações relacionadas à gestão de risco bem como a sua devida divulgação.

Gerenciamento de risco

A instituição está exposta a diversos tipos de risco decorrentes de fatores internos e externos em função das características dos mercados em que atua.

Os Departamentos de Risco Operacional, Risco de Mercado e Risco de Crédito reportam-se a seus respectivos departamentos em Nova Iorque e a Diretoria de Risco no Brasil. O Risco de Liquidez, por sua vez, é responsabilidade da Tesouraria Corporativa que responde técnica e administrativamente para a Tesouraria Corporativa Global e para a Diretoria Financeira Local.

A estrutura específica de gerenciamento dos principais riscos a que a instituição está sujeita Mercado, Crédito, Operacional e Liquidez são destacados a seguir:

b. Risco de crédito

Risco de crédito

O Banco Morgan Stanley S.A. entende ser de extrema relevância assegurar o entendimento e a confiança na qualidade do gerenciamento do Risco de Crédito do Banco através da comunicação para a alta administração em Nova Iorque, no Brasil e partes interessadas (incluindo acionistas, agências de classificação de risco de crédito, contrapartes e órgãos reguladores globalmente). Assim, o Departamento de Gestão de Risco de Crédito no Brasil foi estruturado de forma que a alta administração em Nova Iorque e no Brasil tenham bom entendimento a cerca das políticas, responsabilidades e ações do Departamento no Brasil.

As principais responsabilidades do Departamento de Gestão de Risco de Crédito consistem de avaliar, classificar e definir limites às contrapartes do Banco, além de monitorar e gerenciar riscos decorrentes das exposições existentes que estão relacionadas a operações de empréstimos e financiamento, bem como aos demais instrumentos financeiros.

Risco de Crédito refere-se ao risco de perda decorrente quando uma contraparte não cumpre suas obrigações financeiras. O Morgan Stanley incorre em exposição de risco de crédito para instituições e investidores sofisticados. No Brasil, este risco pode surgir de uma variedade de atividades, incluindo, mas não limitado a, celebrar contratos de swap ou outros derivativos em que as contrapartes têm obrigações para realizar pagamentos ao Morgan Stanley; e depositando margem e/ou colateral para câmaras de compensação, bolsas de valores e de mercadoria e futuros, bancos, corretoras e outras contrapartes financeiras.

A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito do Morgan Stanley visa refletir o que cada um dos seus negócios gera de Riscos de Crédito, e o Departamento de Gestão de Risco de Crédito estabelece as práticas globais para avaliar, monitorar e controlar a exposição de crédito dentro e entre segmentos de negócios. O Morgan Stanley estabelece limites de crédito como uma das principais ferramentas utilizadas para avaliar e gerenciar níveis de risco de crédito em todo o Morgan Stanley. O quadro de limites de crédito é calibrado considerando a tolerância de risco do Morgan Stanley e possui limites globais de concentração de portfólio por país, indústria, tipo de produto e contraparte. O Departamento de Gestão de Risco de Crédito é responsável por garantir a transparência dos riscos de crédito relevante, assegurar o cumprimento dos limites estabelecidos, aprovar as extensões materiais de crédito e adereçar concentrações de riscos para a autoridade sênior apropriada. A exposição de risco de crédito é gerenciada por profissionais de crédito e por comitês do Departamento de Gestão de Risco de Crédito e através de vários comitês de risco, os quais incluem membros do Departamento de

Gestão de Risco de Crédito. O Departamento de Gestão de Risco de Crédito também trabalha conjuntamente com o Departamento de Risco de Mercado e unidades de negócio para monitorar as exposições de risco.

Contratos de derivativos

No curso normal dos negócios, o Morgan Stanley é parte de uma variedade de contratos de derivativos relacionados a instrumentos financeiros e commodities. O Morgan Stanley utiliza estes instrumentos para trading e hedging, bem como para o gerenciamento de ativos e passivos. Estes instrumentos geralmente representam compromissos futuros de swap de juros, moedas, ou compra ou venda de commodities e outros instrumentos financeiros em termos e datas futuras específicas. Muitos desses produtos possuem vencimentos que não ultrapassam um ano, embora os swaps e as opções normalmente possuam prazos mais longos.

O Morgan Stanley incorre em risco de crédito uma vez que atua no mercado de balcão de derivativos. O risco de crédito relacionado aos instrumentos de derivativos ocorre caso uma contraparte não cumpra os termos do contrato. A exposição de risco de crédito do Morgan Stanley em qualquer momento é representada pelo valor justo dos contratos de derivativos reportados como ativos líquidos de posições de caixa recebidas em garantia. O valor justo dos derivativos representa a quantia pelo qual o derivativo pode ser realizado em uma transação entre os participantes no mercado.

Além do controle e do gerenciamento de riscos de crédito referenciados ao valor justo atual do instrumento de derivativos, o Morgan Stanley controla e gerencia exposições de crédito relacionadas à exposição potencial. Exposição potencial é uma estimativa da exposição, dentro de um nível de confiança especificado, que pode se tornar exposição real ao longo do tempo com base em movimentos de mercado.

A seguir demonstramos a exposição em operações de derivativos e não derivativos do Consolidado Morgan Stanley, segregado por fator de risco (taxa de juros, taxa de câmbio, preço de ações e commodities):

Mercado - Valor justo dos Derivativos

Fator de risco	Mercado	31-dez-12		31-dez-11		
		Comprado	Vendido	Comprado	Vendido	
	Bolsa	963.654	(1.168.298)	4.429.853	(5.062.318)	
	Balcão	4.255.238	(4.453.422)	890.437	(2.536.032)	
Taxa de juros	Total	5.218.892	(5.621.720)	5.320.290	(7.598.350)	
	Bolsa	449.140	(257.515)	199.856	-198.729	
	Balcão	9.990.782	(10.404.993)	3.159.953	(1.325.041)	
Taxa de Câmbio	Total	10.439.922	(10.662.508)	3.359.809	(1.523.770)	
	Bolsa Balcão	887.574	(545.639)	2.891.719	(1.485.355)	
Preço de Ações	Total	887.574	(545.639)	2.891.719	(1.485.355)	
Preço de Mercadorias	Bolsa	-	-	-	-	

Mercado - Valor justo dos Derivativos

Fator de risco	Mercado	31-dez-1	12	31-dez-11		
		Comprado	Vendido	Comprado	Vendido	
(Commodities)	Balcão	37.839	(47.846)	-	-	
	Total	37.839	(47.846)	-	-	
Mercado – Valor justo	o dos não Derivativos					
		31-dez-1	12	31-dez-1	1	
Fator de risco	Mercado	Comprado	Vendido	Comprado	Vendido	

Fator de risco	Mercado	Comprado	Vendido	Comprado	Vendido
	Bolsa Balcão	137.401 1.322.265	(366.291)	27.057 3.833.237	(1.413.295)
Títulos	Total	1.459.666	(366.291)	3.860.294	(1.413.295)

Análise de risco de crédito

O Gerenciamento do risco de crédito realiza-se com foco na transação, na contraparte e no portfólio. A fim de proteger o Morgan Stanley contra perdas resultantes dessas atividades, o Departamento de Gestão de Risco de Crédito analisa os riscos das operações de derivativos, reavalia a solidez das contrapartes regularmente de acordo com a política estabelecida e monitora ativamente a exposição de crédito da contraparte. O Departamento de Gestão de Risco de Crédito atribui ratings de crédito para contrapartes, que refletem uma avaliação da probabilidade de uma contraparte não honrar com os compromissos assumidos nas operações de derivativos.

Redução do risco

O Morgan Stanley pode decidir atenuar o risco de crédito de suas operações de derivativos de várias maneiras. Na transação, o Morgan Stanley pode decidir reduzir os riscos através do gerenciamento de elementos principais de risco tais como volume, prazo, restrições financeiras (covenants), subordinação e garantias.

O Morgan Stanley protege a sua exposição à derivativos através de vários instrumentos financeiros que podem incluir uma contraparte individual, um portfólio ou derivativos de crédito estruturados.

Nos contratos de derivados, o Morgan Stanley geralmente assina contratos com acordos de compensação da exposição das operações e acordos de garantia com as contrapartes. Esses contratos proporcionam ao Morgan Stanley a capacidade de compensar os direitos e obrigações de uma contraparte, solicitar garantias adicionais quando necessário ou liquidar a garantia num evento de inadimplência.

Atualmente, o Banco Morgan Stanley não atua em atividades de empréstimos corporativos no Brasil. Entretanto, o Morgan Stanley possui Políticas e Procedimentos de Crédito Globais estruturados para avaliação de devedores e determinação de limites de risco de crédito. No caso do Morgan Stanley decidir atuar em operações de empréstimos no futuro, as Políticas e os Procedimentos Globais seriam aplicados no Brasil.

c. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de perda com relação à diminuição no valor de um instrumento financeiro ou de uma carteira devido a alterações no nível de preço de variáveis de mercado como taxas de juros, taxas de câmbio e preços de ações e commodities.

Gerenciamento de riscos de mercado

O gerenciamento de risco de mercado é parte integral da cultura do Grupo Morgan Stanley, que é responsável por garantir que suas exposições a fatores de risco de mercado são gerenciadas efetivamente, assegurar a aderência a limites, e manter os escalões mais altos a par dos riscos materiais e maiores concentrações.

O Comitê de Risco do Grupo delegou ao Departamento de Risco de Mercado ("MRD") a responsabilidade de administrar os níveis de risco de mercado com relação ao apetite ao risco estabelecido pela empresa. O comitê também atribuiu responsabilidade ao MRD por: identificar, medir, monitorar e reportar, diariamente, a exposição agregada a fatores de risco de mercado do Grupo, assegurar a aderência a limites de risco pré-estabelecidos e garantir a incorporação de todos os riscos materiais nos relatórios de risco.

O risco de mercado é monitorado de mais de uma forma: através do cálculo de sensibilidade a fatores de risco, através de testes de estresse e análise de cenários, e estatisticamente, usando medidas como VaR ("Value at Risk").

Principais riscos

Como resultado de suas atividades de formação de mercado e *trading*, o Grupo Morgan Stanley está exposto, principalmente, a riscos de perdas decorrentes da variação das taxas de juros, taxas de câmbio e preços de ações. Outros fatores de risco aos quais o Grupo está exposto incluem volatilidade e *spreads* de juros e taxa de câmbio.

As atividades das quais estas exposições emergem e os mercados nos quais o Grupo é participante ativo incluem: títulos públicos, derivativos de juros, derivativos de câmbio e derivativos de ações.

Tais riscos são gerenciados com as ferramentas previamente mencionadas, incluindo cálculo de sensibilidade a fatores de risco, VaR e estabelecimento de limites. A tabela abaixo mostra a sensibilidade à variação de 1 ponto base (*1 basis point*) na estrutura a termo de taxa de juros.

Data	Até 3 meses	 De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Dezembro 2012 Dezembro 2011	395 2.589	 (117) (18.913)		(2.125) (132.161)	8.840 (210.482)

Value at Risk (VaR)

O VaR é um método estatístico padrão do setor para cálculo da perda máxima de uma carteira que é possível prever no decorrer de determinado intervalo de tempo e com um nível específico de probabilidade. Ao contrário de muitas outras mensurações de risco de carteira, o VaR agrega os riscos associados a carteiras com vários ativos e moedas em um único valor de risco.

O cálculo do VaR é baseado em um modelo de simulação histórica dos principais fatores de risco de mercado. Simulação histórica envolve a construção de uma distribuição de mudanças hipotéticas diárias no valor de carteiras de investimentos, baseada em duas variáveis: observação histórica de variações diárias nos principais fatores de risco ou índices; e informação sobre a sensibilidade da carteira a mudanças nestes fatores ou índices.

Os modelos de VaR do Grupo evoluem em resposta a mudanças na composição das carteiras de investimento e em resposta a melhorias nas técnicas de modelagem e na capacidade de processamento. O Grupo continuamente revisa e aperfeiçoa a metodologia do cálculo do VaR, assim como as premissas nas quais os modelos são baseados, no sentido de capturar a natureza dinâmica do mercado. Como parte deste processo, novos fatores de risco sistêmico e específico podem passar a ser considerados no cálculo do VaR, melhorando a capacidade do Grupo de estimar riscos de setores ou ativos específicos.

Dentre outros benefícios, VaR nos permite agregar o risco de mercado de uma carteira para uma grande variedade de fatores de risco de mercado, levando em consideração a redução de risco obtida através da diversificação ou *hedging* da carteira de investimentos.

As limitações dos modelos de cálculo do VaR tembém devem ser entendidas. As principais limitações são:

- 1. Futuras mudanças nos principais fatores de risco não serão necessariamente compatíveis com os 4 anos de observações históricas utilizadas no cálculo do VaR.
- 2. Mudanças reais no valor da carteira podem ser diferentes daquelas calculadas nos modelos de VaR, principalmente quando da existência de carteiras com derivativos complexos.
- **3.** Os períodos de 01 ou 10 dias tipicamente utilizados no cálculo do VaR não capturam, necessariamente, o risco de posições que não podem ser liquidadas ou *hedged* em tão curto espaço de tempo.
- **4.** VaR parte do princípio que a carteira manter-se-á constante, deixando de capturar mudanças no perfil de investimento que possam vir a ocorrer no futuro.
- **5.** VaR não diz nada a respeito das perdas com probabilidade menor do que o grau de confiança utilizado no cálculo.

O Grupo está ciente destas e outras limitações e, desta forma, utiliza o VaR apenas como um dos componentes do processo de gerenciamento de risco. Conforme previamente mencionado, este processo também incorpora testes de estresse e análise de cenários, além do monitoramento e controle dos riscos em vários níveis: mesas de negociação, divisões, entidades legais e global. A tabela abaixo mostra o VaR (95%, 1 dia) das carteiras de negociação e *banking* para as principais exposições do Grupo em Dezembro de 2011 e Dezembro de 2010.

Categoria	2012	2011
Taxa de Juros	501	9.325
Ações	883	3.039
Taxa de Câmbio	1.821	4.508
Commodities	161	-
Subtotal	<u>3.366</u>	<u>16.782</u>
(-) Beneficio de Diversificação (a)	1.248	7.040
Total VaR Negociado	2.118	9.742
Total VaR Não Negociado	<u>3.148</u>	<u>1.539</u>
VaR Total	<u>4.244</u>	<u>9.913</u>

Banco Morgan Stanley Group Value at Risk

(a) Eliminação do efeito de riscos semelhantes.

Stress VaR

Além do VaR, o Grupo Morgan Stanley também utiliza S-VaR ("Stress VaR"), que é uma metodologia proprietária que busca medir os risco de mercado e crédito, levando em consideração diferentes características de liquidez dos riscos (em contraste ao VaR tradicional, que é tipicamente calculado com o mesmo horizonte para todos os tipos de risco).

S-VaR simula cenários de estresse baseados em mais de 25 anos de dados históricos e tenta capturar as diferenças em liquidez dos vários tipos de riscos. Além disso, S-VaR captura eventos relevantes para carteiras de crédito, como *defaults* e ouros eventos de crédito.

Também é responsabilidade do MRD a manutenção dos sistemas que calculam VaR e S-VaR.

d. Risco de liquidez

Definição de risco de liquidez

Risco de liquidez se refere à impossibilidade de financiamento das operações em função da perda de acesso a recursos e aos mercados de capitais ou à dificuldade de liquidação de ativos. O Risco de Liquidez também engloba a impossibilidade de liquidação de obrigações potencialmente causando problemas na continuidade de negócio ou danos reputacionais que venham a comprometer a viabilidade da companhia.

Estrutura de governança

A política de liquidez é definida em linha com as políticas globais determinadas pela matriz.

Na matriz, a Diretoria delegou responsabilidades ao Comitê de Risco (FRC), que é composto por Gerentes Seniores da empresa, para definirem as políticas de liquidez e as informarem para

o Comitê de Ativos e Passivos - ALCO e todas as Tesourarias Corporativas da empresa. O ALCO deve rever e aprovar o plano anualmente, assim como a Diretoria da empresa.

No Brasil, as diretrizes da Política ALCO são utilizadas pela Tesouraria Corporativa para definir práticas com foco específico no gerenciamento do risco de liquidez para o Consolidado Morgan Stanley S.A., levando em conta a Resolução 2804 do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), de 21 de dezembro de 2000.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, os passivos financeiros apresentavam os seguintes prazos de vencimento:

	2012				
	até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
Instrumentos financeiros mantidos para negociação					
Credores por emprestimos de ações	838.503	_	_	_	838.503
Outros credores por liquidação pendente	59.282	_	_	_	59.828
Contratos de swaps	37.202				37.020
Diferencial a receber	18.340	102.036	194.359	232,566	547.301
Diferencial a pagar	(23.798)	(137.313)	(177.661)	(170.995)	(509.767)
Contratos de NDF	(20.770)	(157.515)	(177.001)	(170.550)	(00)./0/)
Diferencial a receber	33.396	16.998	_	_	50.394
Diferencial a pagar	(22.849)	(16.905)	_	_	(39.754)
Opções	('''	(,			()
Futuros	81	-	-	-	81
Passivos financeiros ao custo amortizados					
Operações compromissadas	2.180.101	-	-	-	2.180.101
Depósitos de clientes					
Depósitos	887.404	1.183.195	-	7.987	2.078.586
CDI	5.597	96.769	-	-	102.366
Empréstimos e repasses	135.158	-	-	-	135.158
			2011		
	até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
Instrumentos financeiros mantidos para					
negociação					
Credores por emprestimos de ações	1.504.272	-	-	-	1.504.272
Outros credores por liquidação pendente	184.635	-	-	-	184.635
Contratos de swaps					
Diferencial a receber	542	5.793	88.168	84.484	178.987
Diferencial a pagar	3.897	2.203	74.171	37.901	118.172
Contratos de NDF					
Diferencial a receber	106.695	577	10.962	-	118.234
Diferencial a pagar	107.834	5.836	10.817	-	124.487

	2011					
	até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	
Opções	270.960	-	_	-	270.960	
Futuros	125.015	-	-	-	125.015	
Passivos financeiros ao custo amortizados						
Compromissadas	1.674.434	-	-	-	1.674.434	
Depósitos de clientes						
CDB	1.618	1.110.348	-	1.242	1.113.208	
CDI	9.679	-	6.737	-	16.416	

e. Risco operacional

Definição de risco operacional

Risco Operacional refere-se ao risco de perda ou potencial prejuízo a reputação da empresa, resultante de processos internos, pessoas ou sistemas falhos ou inadequados, ou de eventos externos. O Morgan Stanley pode incorrer em Risco Operacional em todo o escopo de suas atividades, incluindo tanto aquelas que geram receita, quanto as dos Grupos de Supervisão.

Governança e definição de padrões

O Departamento de Risco Operacional estabelece padrões gerais de mensuração, monitoramento e gestão do risco operacional, incluindo as políticas de risco, a nomenclatura padrão para coleta de dados e processos para supervisão e reporte de problemas, para toda o Banco.

Coleta de dados

A coleta de dados engloba a identificação e coleta de incidentes de risco operacional internos, dados sobre eventos externos e indicadores monitorados pelas Divisões e pelos Grupos de Supervisão. Informações também são coletadas das Divisões e Grupos de Supervisão na forma de questões pendentes, itens de foco gerencial e relatórios (Auditoria Interna, Compliance, SOX, Avaliações Integradas, etc.). Políticas descrevendo os padrões para coleta de dados são incluídas quando necessário, como anexos deste documento.

Avaliação, análise e cálculo do capital requerido.

Os dados coletados na Empresa são utilizados de forma agregada, para análise nos Programas de indicadores, Métricas e Incidentes de Risco Operacional e como informações, tanto para as Auto-avaliações de Risco e Controle, quanto para a Análise de Cenários, do Programa Integrado de Avaliação.

Divulgação de informações

O Departamento de Risco Operacional fornece, periodicamente, para as várias áreas interessadas (Diretoria, Grupos de Supervisão e Divisões), relatórios gerenciais independentes, com o perfil de risco operacional do Morgan Stanley, que inclui Itens de Foco Gerencial (MFI), tendências, situação dos indicadores, os incidentes operacionais e capital requerido, e escala questões relevantes.

f. Gestão do capital

O processo de gestão de capital do Morgan Stanley cabe, primordialmente, ao grupo chamado de "Capital Planning Group", parte da Tesouraria Corporativa Global, responsável pelo gerenciamento de Capital a longo prazo, estabelecimento de políticas de acompanhamento e alocação de capital para as áreas de negócios, a estrutura de capital, dividendos e recompra de ações. A área promove o uso ideal de capital, buscando assegurar o cumprimento de requerimentos regulatórios, de agências de "rating" ou internos de níveis de capital. O grupo também é responsável pelo gerenciamento de capital nas entidades legais, incluindo a estrutura de capital das subsidiárias, o pagamento de dividendos e aumentos de capital, bem como o desenvolvimento do Plano de Capital Anual do Morgan Stanley.

A formalização do planejamento de capital se dá através de um processo chamado "Internal Capital Adequacy Assesment Process" apresentado ao "Board of Directors" do Morgan Stanley nos Estados Unidos. Este processo é responsável por monitorar o nível corrente de capital e efetuar o planejamento de capital das empresas através das projeções de crescimento das áreas de negócio e seus impactos no capital requerido. A política "Internal Capital Adequacy Assesment Process" determina que o grupo monitore o capital tanto da matriz como de suas subsidiárias.

No Brasil, a Tesouraria Corporativa local que se reporta à Tesouraria Corportiva Global, é responsável por prover o comitê do ALCO (Assets and Liability Committe) de informações necessárias ao acompanhamento e planejamento do Capital das empresas locais a fim de que este possa assegurar que a instituição mantém capital compatível com o risco de suas atividades, representado pelo Patrimônio de Referência Exigido (PRE) conforme determinado pelo Banco Central do Brasil e pelo risco das exposições à eventuais posições não incluídas na carteira de negociação.

g. Patrimônio líquido exigido (Acordo da Basiléia)

Banco Morgan Stanley adota a apuração de forma consolidada dos limites operacionais previstos no artigo 1° da Resolução 2.283, de 5 de junho de 1996, tomando-se como base os dados financeiros consolidados dos integrantes do Conglomerado Morgan Stanley, formado pela Morgan Stanley C.T.V.M. S.A. (da qual não faz parte do consolidado IFRS) e pelo Banco Morgan Stanley e por este liderado, mantendo patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, nos termos da Resolução BACEN nº 2.099/94 e normas posteriores.

O Banco aplica as regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basiléia II.

O índice da Basiléia em 31 de dezembro de 2012 é de 18,94% (24,04% em 2011), conforme composição refletida no quadro abaixo.

(I) Limite Operacional – Acordo da Basiléia II

Fator de Ponderação de Risco	31/12/2012	31/12/2011
(A) Parcela das exposições ponderadas pelo fator de ponderação de risco		
(Pepr).	447.981	275.358
(B) Parcela referente ao risco das exposições em ouro, moeda estrangeira e		
operações sujeitas à variação cambial (Pcam).	260.921	296.612
(C) Parcela referente ao risco das operações sujeitas à variação de taxa de juros		
classificadas na carteira de negociação (Pjur)	144.385	38.742
(D) Parcela referente ao risco das operações sujeitas à variação do		
preço de commodities (Pcom).	4.420	-
(E) Parcela referente ao risco das operações sujeitas à variação do preço de		
ações classificadas na carteira de negociação (Pacs).	5.972	20.001
(F) Parcela referente ao risco operacional (Popr)	75.435	62.903
(C) D. (-2	020 114	(02 (1(
(G) Patrimônio de Referência Exigido (A+B+C+D+E+F)	939.114	693.616
(H) Patrimônio de Referência Consolidado (PR)	1.616.809	
Margem (H–G)	677.695	822.366
Índice da Basiléia =		
PR*11%/(Pepr+Pcam+Pjur+Pcom+Pacs+Rban+Popr)	18,94%	24,04%

(II) Outros Limites Operacionais

	31/12/2012			
	Limite/ Exigência	Situação	Margem	
Individual				
Capital Mínimo	89.000	504.496	415.496	
Patrimônio Líquido Mínimo	89.000	987.494	898.494	
Consolidado				
Patrimônio Líquido Exigido	939.114	1.616.809	677.695	
Imobilização	808.404	12.062	796.342	
	31/12/2011			
		J1/12/2011	.	
	Limite/ Exigência	Situação	Margem	
Individual				
Capital Mínimo	89.000	504.496	415.496	
Patrimônio Líquido Mínimo	89.000	944.926	855.926	
Consolidado				
Patrimônio Líquido Exigido	693.616	1.515.982	822.366	
Imobilização	755.510	7.521	747.989	